

Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60

ENRIQUE SERRA PADRÓS*

Introdução: o início da crise dos anos 60 no Uruguai

Durante muitos anos o Uruguai foi visto como um país diferenciado na América Latina. Pequeno e de escassa população, se beneficiou da conjuntura internacional favorável da Segunda Guerra e da Guerra da Coreia, o que, com certo exagero, lhe rendeu o apelido de “Suíça da América”. O principal motivo para isso foi a existência de uma legislação social avançada para a época e a presença de um Estado que intervinha na dinâmica sócio-econômica garantindo uma oferta de serviços de qualidade que também chegavam à população pobre. Na prática, isso significava baixíssimas taxas de analfabetismo e subnutrição além de eficientes serviços de saúde e educação pública. Para completar, o sistema político era considerado, no continente, um dos mais estáveis e de longa tradição constitucional, o que se refletia na cultura política do conjunto da sociedade, fosse nos setores dominantes, na pequena mais combativa esquerda partidária ou no movimento operário.

Entretanto, no final dos anos 50, o quadro mudou. Uma dura crise econômica originada na perda de mercados, na impossibilidade de incorporar novas tecnológicas e na falta de reorientação produtiva do país levou ao crescimento dos saldos comerciais negativos, ao endividamento externo, às negociações com o FMI e às políticas de arrocho salarial e encolhimento do investimento social do Estado. O descontentamento social, fruto também da falta de sensibilidade política dos setores dominantes, radicalizou uma situação que, no marco externo, era influenciada pela Guerra Fria, pela revolução Cubana e pela implantação de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966). Desde o início da década, grupos de extrema direita agiam com impunidade e cobertura estatal contra organizações e manifestações de esquerda. Toda manifestação crítica em relação às orientações governamentais passou a ser vista como produto de

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História.

ação comunista, o que alimentou precoces ameaças golpistas (no entorno do general Aguerrondo). Simultaneamente, os sindicatos aprofundavam a sua organização, em 1964, com a Convenção Nacional dos Trabalhadores. Antes deles, o pequeno mais emblemático movimento dos plantadores de cana de açúcar (*cañeros*), explicitava a miséria do campo.

A escalada autoritária do *pachecato*

No entorno de tantas arestas, o Partido Colorado voltou ao governo com a vitória do general da reserva Oscar Gestido nas eleições presidenciais de 1966. No mesmo pleito, além da rejeição aos *blancos*, uma consulta plebiscitária encerrava a experiência colegiada. O que parecia ser uma nova cota de confiança nos *colorados* e no perfil austero e experiente de Gestido virou incerteza, quando o mesmo faleceu, quase um ano após a sua eleição.

De acordo com os dispositivos constitucionais, assumiu o vice-presidente Jorge Pacheco Areco; sob o seu governo, houve um consistente avanço de medidas autoritárias, esboçando o posterior Terrorismo de Estado desencadeado pela ditadura de Segurança Nacional. Poucos dias após assumir, em nome da estabilidade política e do combate à “subversão”, Pacheco dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda. O Partido Socialista, a *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), o *Movimiento Revolucionario Oriental*, o *Movimiento de Acción Popular Uruguaya*, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* e os jornais *Época* e *El Sol* foram proibidos sob a acusação de patrocinar a luta armada e de serem vinculados à Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). (CAETANO; RILLA, 1994: 268)

Com Pacheco Areco, consolidaram-se duas tendências experimentadas na gestão Gestido: a presença crescente de ministros alinhados às recomendações do FMI e o perfil “técnico” da escolha de muitos deles em detrimento de um perfil político. Essas tendências se mostraram negativas à sociedade e tiveram um peso importante no desenvolvimento dos acontecimentos. Em primeiro lugar, a forte presença de empresários dentro do governo respondeu a uma clara opção de classe do mesmo e ao abandono do Estado distributivo e mediador das contradições sociais. A presença de

empresários como Frick Davie (Ganadería y Pecuária), Peirano Facio (Industria y Comercio) ou José Serrato (Transporte y Obras Públicas) confirmava o controle de setores estratégicos do Estado por grupos particulares desobrigados de prestar contas ao eleitorado; ou seja, estavam descomprometidos com o jogo eleitoral e distanciados dos valores democráticos da tradição política do país.¹

Em segundo lugar, a ausência de políticos “profissionais”, mostrou outra ruptura com a tradição política do país: a figura do partido e das instâncias políticas como fóruns de negociação e de embate, fator vertebral da democracia uruguaia. Ao contrário, divulgou-se a imagem de que a presença de “técnicos” no governo era positiva pois eles não se rendiam às pressões de cunho político-eleitoral. Acentuar a imagem de desprestígio dos partidos políticos e responsabilizá-los pela atuação ineficiente diante da crise social e econômica que atravessava o país escondia um risco potencial de autoritarismo: o menosprezo pelo Parlamento e pela representação popular. Tais fatos foram reiteradamente praticados por essa administração.

A utilização das *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS), leis de exceção constitucionalmente previstas para situações de emergência, se tornou corriqueira e extrapolou os limites legais que as permitiam. Sob o seu efeito, se procurou desarticular as mobilizações populares que se opunham ao arrocho salarial implementado pelo governo através de medidas de congelamento salarial e a anulação de reajuste salarial devido, em época de significativa inflação. As MPS, nesse sentido, se tornaram instrumento imprescindível para impor uma política econômica baseada no congelamento salarial e no combate à reação do movimento operário.

A perda de apoio de certos setores colorados, diante da nova orientação, exigiu do governo uma recomposição de forças com a incorporação dos setores mais conservadores do espectro controlado pelo Partido Nacional, bem como o respaldo

¹ O grupo empresarial e oligárquico presente no governo se colocou acima dos compromissos político-partidários. A partir desse momento, outros foram os critérios defendidos. Didaticamente, Carlos Machado registra quem é quem neste novo círculo de poder: Peirano Facio (latifúndios, bancos Mercantil, Comercial e Popular; mais de 60 empresas associadas; interesses do grupo Rockefeller); Frick Davie (latifúndios, Banco de Crédito, associado a grupos de Boston e advogado de frigoríficos estrangeiros); Serrato (grupos Ferrosnalt e Cristalerías); Pintos Risso (grupo Torrendel, imobiliárias, construção civil); Venancio Flores (latifúndios, indústria, grupo controlador da *Unión de Bancos del Uruguay* – UBUR –); Bordaberry (latifúndios, Banco Comercial, indústria têxtil); Jiménez de Aréchaga (advogado da *Pepsi Cola*). Esses “funcionários” do Estado controlavam um poder econômico de cerca de US\$ 50 bilhões. Machado diagnostica, com propriedade: “Un equipo de banqueros para ‘controlar’ la banca. De estancieros para fijarle precios a la producción y rebajar tributos del sector”.(MACHADO, 1997: 206)

incondicional das organizações empresariais. Pacheco Areco, ao assumir enfaticamente a condição de homem providencial, “defensor das liberdades ameaçadas” e comandante de um governo “forte”, cooptou apoio de segmentos sociais temerosos diante da agitação social presente e da luta armada. Explorando e manipulando a sensação de medo dos setores anticomunistas, o governo cometeu excessos constitucionais usando a força, a censura prévia e a militarização dos funcionários públicos; ou seja, recorreu à polícia e ao Exército para resolver situações que não encontravam mais os tradicionais mecanismos políticos de negociação. Em suma, o governo ficou refém dessa dança dialética infernal, numa espiral onde o aprofundamento da crise econômica e a defesa dos interesses empresariais e financeiros geraram mobilizações de oposição mais contundentes e ousadas, as quais, por sua vez, aumentaram a repressão governamental.

A capacidade de articulação e de resposta das forças populares fez com que do interior da sociedade, junto às tradicionais formas de luta e resistência (greves, manifestações, paralisações, ocupações), surgissem duas novas variantes. Uma, inédita no país: a luta armada, com especial destaque para o *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaros* (MLN). Outra, dentro de uma tradição constitucional e como resposta e amadurecimento da mobilização popular na esfera política: a emergência do *Frente Amplio* (Frente Ampla), força política que, em 1971, ameaçou o bipartidarismo tradicional.

Em relação à guerrilha, cabe salientar que desde a própria esquerda havia objeções quanto a essa metodologia de luta. O Partido Comunista, de longa tradição política e inserido nas lutas dos trabalhadores urbanos e com peso no mundo intelectual, discordava totalmente dessa opção. Também exigia cautela sobre as decisões a ser tomadas, o núcleo de intelectuais vinculados ao combativo semanário *Marcha*.²

² Carlos Quijano, editor do semanário *Marcha* advertia: “Si la fuerza se desata no ha de ser en beneficio de los más y de los más necesitados. Hoy aquí, Uruguay 1964, clase media, 250.000 funcionarios públicos, 350.000 jubilados, servicios públicos nacionalizados, proletariado débil y sin organización, campesinato inexistente o disperso, la fuerza sólo puede traer la reacción, sólo puede ser manejada por ella. No hay objetivamente, ninguna posibilidad revolucionaria”. (Apud ALFARO, op. cit., 13) Quijano ia ao encontro das palavras que pronunciara Che Guevara, em 1961, na Universidade: “[...] en nuestra América Latina, en las condiciones actuales, no se da un país donde, como en el Uruguay, se permitan las manifestaciones de las ideas. Se tendrá una manera de pensar u otra, y es lógico. [...] Sin embargo, nos permiten la expresión de estas ideas aquí en la Universidad y en el territorio del país que está bajo el gobierno uruguayo. [...] Ustedes tienen algo que hay que cuidar, que es precisamente la posibilidad de expresar sus ideas; la posibilidad de avanzar por cauces democráticos hasta donde se pueda ir [...]” (LESSA, 2003: 62.) Com quase 2 anos de diferença, eram duas análises qualificadas sobre a inexistência de condições concretas, na realidade uruguaia, para o sucesso de uma estratégia de mudança via luta armada.

Entretanto, a evolução dos fatos assinala que, a partir de 1968, a guerrilha urbana se tornou uma presença constante no processo político do país. Visando derrubar o governo e implementar transformações dentro de uma perspectiva híbrida de socialismo e de antiimperialismo, os tupamaros se transformaram em paradigma da guerrilha urbana latino-americana e tiveram enorme sucesso contra as forças policiais. As ações tipo “Robin Hood”, de expropriações de bancos e financeiras, seqüestros “pedagógicos” de autoridades estatais, divulgação de documentos sobre corrupção e malversação pública e fugas massivas dos penais, atraíram a simpatia de parte da população. A partir de 1969 a guerrilha realizou ações mais ousadas, como o seqüestro de diplomatas estrangeiros (caso do brasileiro Dias Gomide) ou de agentes diretamente vinculados à repressão (caso de Mitrone, executado após a rejeição de negociações por parte do governo dos EUA). Diante de tais ações e da opção militarista da nova fase de luta, os *tupas* começaram a perder parte da simpatia da população. No final de 1971, diante do colapso policial, Pacheco Areco convocou o Exército, cujos oficiais vinham sendo treinados em contra-insurgência em escolas militares dos EUA; tal fato, associado com o uso massivo da tortura e de outros mecanismos repressivos não convencionais, acabaria destruindo a organização guerrilheira em meados de 1972.

Quanto à Frente Ampla, ela resultou de um processo de amadurecimento dos pequenos partidos e organizações de esquerda, grupos de intelectuais bem como de setores reformistas que romperam com os partidos tradicionais. Na confluência de idéias, no entendimento da necessidade urgente de reforçar uma via ao socialismo pacífica (marcando distância da opção armada) e ante o temor do crescimento da espiral autoritária promovida pelo governo, decidiram construir uma ferramenta de luta que se configurou na Frente Ampla. Criada em fevereiro de 1971, a nova força política precisava ganhar tempo para ser uma alternativa concreta nas eleições daquele mesmo ano. O general da reserva Líber Seregni seria seu candidato à presidência.

O fato de 1971 ser ano eleitoral intensificou o debate político, inclusive porque o próprio presidente decidiu ser candidato à reeleição, fato que, entretanto, não era constitucionalmente permitido. Entre 1968 e 1970, o governo havia procurado marginalizar e desprestigiar os partidos políticos e o Parlamento tentando estabelecer canais diretos de comunicação com a sociedade ao negar, àquelas instituições, a legitimidade e a representatividade do papel pertinente de intermediação.

Particularmente, em relação ao Parlamento, tão grande foi o menosprezo que sofreu o governo que até setores radicais da esquerda constitucional e do MLN temiam a hipótese do seu desaparecimento e a realização das eleições. Entretanto, desencadeada a dinâmica eleitoral, o cenário político tradicional voltou a ser valorizado. Segundo Gonzalo Varela (1988, 107), a pseudo-legalidade do governo deixava um espaço político de disputa que, apesar de restrito, foi explorado por partidos e parlamentares. Logo, alimentaram-se expectativas eleitorais e, por conseguinte, de mudanças.

Escalada Autoritária e *Medidas Prontas de Seguridad*

A escalada autoritária da administração Pacheco Areco foi marcada pela banalização e utilização indiscriminada das MPS, acentuando a insegurança geral e acelerando o processo de radicalização e confronto social. Se é bem verdade que as mesmas foram utilizadas desde a gestão Gestido (ocasionalmente), na gestão Pacheco Areco foram intensamente aplicadas, tornando-se expressão da autonomização do Poder Executivo diante dos demais poderes e da sociedade civil. Nesse sentido, destacamos cinco fatores decorrentes do uso rotineiro das MPS e que confluíram na voragem de acontecimentos que aceleraram a deterioração das instituições políticas e da própria democracia.

Um primeiro fator que deve ser mencionado é o próprio recurso sistemático do regime às MPS aplicadas quase ininterruptamente entre junho de 1968 e 1971. Sua utilização estava prevista e normatizada pela Constituição de 1967 (art. 168).³ Uma vez decretada a MPS, o Poder Executivo devia ater-se à resolução do Poder Legislativo. Entretanto, em julho de 1969, para enfrentar uma greve dos bancários da rede privada, o governo exigiu a volta imediata ao trabalho; como isso não aconteceu, entendeu que se configurava o delito de deserção (tipificada no Código Militar), interpretação rejeitada

³ No artigo 168 inciso 17, constava que o Poder Executivo podia: *Tomar medidas prontas de seguridad en los casos graves e imprevistos de ataque exterior o conmoción interior, dando cuenta, dentro de las veinticuatro horas a la Asamblea General, en reunión de ambas Cámaras o, en su caso, a la Comisión Permanente, de lo ejecutado y sus motivos, estándose a lo que éstas últimas resuelvan. En cuanto las personas, las medidas prontas de seguridad sólo autorizan a arrestarlas o trasladarlas de un punto a otro del territorio, siempre que no optasen por salir de él. También esta medida, como las otras, deberá someterse, dentro de las veinticuatro horas de adoptada, a la Asamblea General en reunión de ambas Cámaras o, en su caso, a la Comisión Permanente, estándose a su resolución. El arresto no podrá efectuarse en locales destinados a la reclusión de delincuentes.* (REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, 1977)

pelo Poder Legislativo. Desafiando a Constituição e a convivência entre os três poderes, o Executivo acusou o Legislativo de imiscuir-se nas suas atribuições e no exercício da Legislação Militar, mantendo sua posição. Por outro lado, o mesmo artigo 168 autorizava o Executivo a prender ou trasladar pessoas dentro do país, mas obrigava a informar ao Legislativo até 24 horas após produzida a detenção. O governo passou a ignorar sistematicamente essa normativa; centenas de pessoas detidas sob as MPS foram mantidas incomunicáveis durante dias. Na prática, a aplicação das MPS implicou em diversas e constantes irregularidades (suspensão de garantias individuais e do direito de Habeas-Corpus, desrespeito da inviolabilidade de domicílio, detenção arbitrária, etc.).

O governo justificava o recurso às MPS no combate aos tupamaros. Oscar Bruscherá (1986, 22) argumenta que, em 1968, o MLN não era uma ameaça real e que, portanto, as MPS eram, na verdade, instrumento de controle social e militarização dos trabalhadores (particularmente dos setores considerados essenciais). Efetivamente, nos meses de junho e julho desse ano, ocorreram as primeiras militarizações de empresas. Os bancos *Hipotecario* e o *de la Republica* e empresas estatais como *Usinas y Teléfonos del Estado* (UTE), *Administración de Ferrocarriles del Estado* (AFE), ANCAP e *Obras Sanitarias del Estado* (OSE) sofreram a destituição de diretores e a militarização de centenas de trabalhadores, enquanto o governo, através do Banco Central, estimulava a fusão das instituições bancárias e a conseqüente internacionalização do sistema financeiro.

Um segundo fator do uso das MPS foi a vulnerabilização do respeito dos direitos humanos.⁴ A repressão policial indiscriminada e o uso generalizado da tortura levou o Senado a nomear uma Comissão especial para analisar esses fatos. Uma questão vinculada dizia respeito à correspondência privada – cuja inviolabilidade era protegida pela Constituição –, mas que era alvo das MPS que delegavam poderes à Direção Geral de Correios para violá-la. Tal prática, se tornou comum após o golpe, mas já vinha sendo experimentada e aperfeiçoada, em escala significativa, durante o *pachecato*. A violação de correspondência era fato grave num país onde a emigração era considerável. Além de rastrear redes e conexões “subversivas” internacionais, atingia, de forma

⁴ É inegável que a temática dos direitos humanos na América Latina não possuía, antes da experiência das ditaduras de SN, o reconhecimento e o impacto que passaram a ter depois do fim daquelas. Acabaram tornando-se uma das bandeiras fundamentais levantadas pela sociedade civil, particularmente, como conseqüência do profundo trauma produzido pelas práticas de TDE. As consignas do *Nunca Mais*, com o seu componente ético, moral, político e humano, viraram síntese concreta dessa demanda.

generalizada, milhares de famílias separadas, que deviam suportar a insegurança, produzida por palavras mal-interpretadas ou mal empregadas e que, por isso ou por algum outro motivo desconhecido, eram colocadas sob suspeição e vigiadas como prováveis ou potenciais inimigos internos. Como resultado disso, diante do medo de cair nas malhas da inspeção, na incerteza de saber o que era proibido ou não, no desconhecimento do que podia ser considerado suspeito e na dificuldade de inventar códigos, os contatos via correspondência foram espaçando-se e as famílias e amigos ficavam a espera da oportunidade de encontrar eventuais mensageiros de confiança. O controle do correio aumentou sensivelmente durante a ditadura, ao ponto da estrutura da Empresa de Correios ser infiltrada por estruturas de controle e vigilância que procuravam colaboradores entre os trabalhadores restantes após a depuração interna inicial. Se a “subversão” tinha uma dimensão internacional, nada mais estratégico do que vigiar o canal mais cotidiano de interconexão individual.⁵

Como terceiro fator, estão as limitações ao trabalho da imprensa. As restrições à liberdade de informação foram significativas. Houve censura e proibição de circulação de diversos meios de comunicação. Informações e notícias sobre greves e outras mobilizações sociais foram proibidas, consideradas estratégicas no combate à “subversão”. Edições inteiras de um jornal com informações “inconvenientes” eram passíveis de apreensão.⁶ Ainda dentro do tema liberdade de imprensa, a censura oral e escrita produziu situações ridículas como a proibição do uso das palavras “tupamaro” e “guerrilheiro” para identificar a guerrilha urbana. A palavra permitida era “sedicioso”. A resposta não demorou em aparecer: se os integrantes do MLN eram proibidos de serem *nombrados* (nomeados), a identificação se dava pela sua nova condição, ou seja,

⁵ O controle de correspondência cumpre uma função amedrontadora: obriga os indivíduos a assumir comportamentos que os violentam, assim como desenvolve o especial temor de receber cartas, expor pessoas, mandar notícias, realizar perguntas inconvenientes ou perigosas, vigiar, não saber como agir e temer deixar pistas e acabar colaborando “inconscientemente” com a repressão. Um dado adicional do peso desta questão: sendo constituída de jovens, a maior parte dos emigrantes e dos exilados, boa parte dos que esperavam notícias e estavam vigiados pelo mecanismo de controle e seguimento de correspondência eram crianças (provavelmente sem conhecimento de tudo), e idosos, que, na maioria dos casos, suportavam essa situação com extrema dificuldade (pela idade, pela condição econômica, pelas expectativas de vida e pelo distanciamento dos afetos).

⁶ Em tese, o texto das MPS permitia isso; o que não permitia, entretanto, era o fechamento por um ou mais dias, e muito menos o definitivo – fato acontecido, por exemplo, com o jornal *Extra*. Fechado pelo Poder Executivo em 11 de junho de 1969, o Parlamento desautorizou tal procedimento. Porém, por meio de questionáveis argumentos inscritos no espírito das MPS, o governo voltou atrás e confirmou a primeira decisão.

los innombrables. A disseminação desta nova nomenclatura produziu um efeito inesperado nas forças da ordem: na tentativa de “*desaparecê-los*” da língua, acabaram realçando-os ao permitir uma brecha que foi explorada de forma criativa e jocosa por alguns setores da imprensa.⁷

Um quarto fator foi a imposição da militarização de funcionários públicos e privados sob a alegação de que era necessário diante da ineficiência do sistema político em controlar a radicalização das ações guerrilheiras e dos movimentos sindical e estudantil. Os partidos políticos tradicionais há anos não conseguiam esvaziar os anseios populares e evitar a radicalização ideológica. Os dados referentes a 1968 são bem demonstrativos da inconformidade dos setores populares e do grau de ativação política e de mobilização dos mesmos. Nesse ano, ocorreram 134 greves em empresas e instituições estatais; 130 em empresas privadas; 56 em instituições de ensino; 446 paralisações e ocupações de fábricas; 220 manifestações estudantis; 40 ocupações de faculdades; etc. A militarização dos trabalhadores consistia em obrigá-los a retornar ao trabalho em caso de greve e a enfrentar mudança de horários e de locais de trabalho como ação preventiva para desmobilizar e evitar greves em gestação. Dispositivos militares, incompatíveis com a condição civil desses trabalhadores, eram aplicados, o que implicava no confinamento em quartéis das lideranças e dos quadros sindicais mais combativos, deslocamento para centros militares de outras cidades, imposição de disciplina militar no local de trabalho, ou mesmo obrigação de exercício físico. O empregado ausente virava, na lógica militar, um “desertor” e como tal era tratado (até com ameaça de perda do emprego). Por outro lado, a intervenção nas empresas podia produzir o afastamento de diretores favoráveis ao diálogo. Até então, a Constituição dizia que a substituição de diretores de empresas estatais devia passar pelo Senado. Com as MPS, encontrou-se um atalho legal que permitia ao governo ignorar o Senado alegando que este entravava uma resposta imediata no combate à subversão sindical, como entendiam os Ministros de Fazenda, Interior e Defesa Nacional – os quais, de fato, controlavam as MPS. Fica claro que as duras medidas implementadas pelo governo contra os trabalhadores eram o reconhecimento da força de organização e de articulação do movimento operário – fator de resistência que era preciso dobrar ou destruir.

⁷ Outras palavras proibidas eram: células, extremistas, comandos, delinquentes políticos, delinquentes ideológicos, subversivos, terrorista. (DI SEGNI; MARIANI, 1969: 199)

O último fator a destacar, em relação às MPS, é a ação contra as instituições de ensino e a autonomia universitária, visando obter não só o controle político-ideológico dessas estruturas, como a própria gestão das mesmas. É importante lembrar que, historicamente, o Uruguai era visto como possuidor de um dos sistemas de ensino mais avançados do continente, o que lhe permitiu ter índices de analfabetismo muito abaixo da média latino-americana. A base filosófica e os programas educacionais assentados em critérios pedagógicos e científicos de grande conteúdo humanista e progressista eram reconhecidos internacionalmente. Foi contra essa experiência e esses valores acumulados e enriquecidos pelas distintas gerações de docentes e discentes que se enfrentou o governo “[...]en su intento por someter la enseñanza y la Universidad a su proyecto totalitario y regresivo, inaugurando uno de los períodos más oscurantistas que conociera la historia del Uruguay en materia educacional”. (JELLINECK; LEDESMA, 1980: 62)

Em relação à questão do ensino deve-se considerar que a política do *pachecato* teve duas dimensões. Uma, a repressiva: a escalada contra a autonomia universitária, os *Consejos de Secundaria* e a *Universidad del Trabajo* (UTU) vieram acompanhadas de violência. As invasões ilegais dos estabelecimentos de ensino contra as ocupações estudantis (modalidade tradicional de protestos) objetivaram também impedir o acesso dos estudantes aos locais de estudo (e de resistência), bem como suspender os cursos universitários através de decretos (até então exclusividade dos Conselhos das Faculdades). O Ensino Secundário, a UTU e os Cursos Preparatórios também tiveram seus prédios atingidos. Várias unidades foram fechadas enquanto os estudantes eram agredidos por bandos armados de extrema direita, principalmente os da *Juventud Uruguaya de Pié*, armados pelo próprio Estado. Aliás, a violência estatal vitimou vários estudantes, como Líber Arce, Hugo de los Santos e Susana Pintos, comovendo a sociedade uruguaia.

A segunda dimensão do governo, em relação ao ensino, foi a intervenção jurídica. O governo tentou impor o *Consejo Superior de Enseñanza* (CONSUPEN), cujo objetivo primordial era a eliminação do caráter autônomo de gestão das instituições e, conseqüentemente, sua subordinação ao Poder Executivo. Do CONSUPEN, deveriam fazer parte o Ministro da Cultura (que exerceria a presidência), diretores gerais do Ensino Secundário, Primário e da Universidade do Trabalho, além

do Reitor da Universidade, único a ser eleito. Pretendia, ainda, regulamentar os grêmios estudantis e selecionar o corpo docente segundo critérios de “confiabilidade”. A proposta foi muito criticada no Parlamento devido à quebra de autonomia do sistema de ensino e à promoção do ensino privado, implícita no seu texto. Barrado no Parlamento, sua operacionalidade não se configurou durante o governo Pacheco Areco, embora seus postulados fossem absorvidos pela posterior *Ley de Educación General* imposta pela ditadura civil-militar.

Portanto, a aplicação indiscriminada das MPS possibilitou, segundo Hugo Cores (1997, 140), reprimir os trabalhadores, hipertrofiar o Poder Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário, beneficiar os setores dominantes com políticas de concentração de renda, depurar os partidos tradicionais dos setores reformistas e fortalecer os setores autoritários das Forças Armadas em detrimento dos setores legalistas. O recurso sistemático às MPS foi a maior demonstração da opção autoritária de um Estado que optou por governar através de decretos, deixando de lado o Poder Judicial, os partidos políticos e o Parlamento. Enquanto isso, o Poder Legislativo virou sinônimo de fragilidade e impotência (as manobras oficialistas procuraram, inclusive, impedir o quorum mínimo). Aliás, o governo, na prática, fez do Parlamento (elemento fundamental da democracia uruguaia) seu inimigo. Primeiro o considerou um entrave; depois, um cúmplice da “subversão”. É o mesmo Parlamento que, após ter sua relação de legisladores renovada nas eleições de 1971, foi dissolvido, fechado e teve vários dos seus integrantes presos, exilados e assassinados.

As eleições de 1971, fim do *pachecato* e o caminho para o golpe de Estado

Os partidos tradicionais estavam entre os principais responsáveis por uma crise que haviam enfrentado com subterfúgios, protelando a tomada de medidas ao seu respeito. No Partido Colorado, as correntes reformistas não tinham maior peso de negociação política e estavam reduzidas aos setores de Manuel Flores Mora e de Amílcar Vasconcellos. As correntes mais à esquerda, liderados por Zelmar Michelini e Alba Roballo, haviam abandonado o partido para fundar a Frente Ampla ou se preparavam para fazê-lo. A saída desses setores era o sintoma do fortalecimento de um autoritarismo de direita que derivava do conservadorismo presente na formação da

chapa vencedora em 1966 (Gestido-Pacheco Areco). Nas eleições de 1971, a novidade do partido foi a tentativa de reeleição de Pacheco Areco.⁸ Um agressivo discurso anticomunista reforçava a idéia de que só um governo forte liderado por Pacheco Areco podia evitar a “subversão” tupamara e a ameaça marxista-leninista, recolheu apoio de parte dos setores médios e populares pouco politizados.

No ano eleitoral, diminuiu o recurso às MPS; foi uma opção do governo para evitar maior desgaste político, o que poderia inviabilizar as pretensões continuistas. A campanha pela reeleição colocou um grande desafio para Pacheco Areco, visto que este se tornou concorrente dos setores dos partidos tradicionais que haviam sustentado seu governo, e que também aspiravam a presidência. Essa situação se tornou mais dramática com a forte ênfase dada num gabinete de ministros tecnocráticos, e dissociados da tradição político-partidária do país; no embate eleitoral, isso se constituiu em entrave, pois eles não eram grandes captadores de votos como as máquinas partidárias. Para compensar, o candidato à reeleição reforçou sua identidade com os símbolos nacionais e, apesar da virulência do discurso anticomunismo, tentou diminuir a menção explícita do poder repressivo já que, nessa conjuntura, se tornava improdutiva. Ressalte-se, entretanto, que, durante a campanha eleitoral, a violência cotidiana não cessou, pois grupos paramilitares compensaram o estratégico recuo da repressão “legal” aumentando suas ações encobertas.

Paradoxalmente, o Partido Nacional, tradicionalmente de perfil mais conservador que o Colorado, sob a liderança de Wilson Ferreira Aldunate, assumiu um posicionamento mais liberal no plano político enquanto que, no plano sócio-econômico, chegou a coincidir com a Frente Ampla em questões como reforma agrária e nacionalização dos bancos. A candidatura Ferreira Aldunate aglutinou descontentamentos com a orientação econômica do governo e defendeu mudanças políticas moderadas reivindicadas por setores empresariais nacionalistas. A limitação das prerrogativas do Poder Executivo também foi defendida por essa candidatura para evitar o uso abusivo das mesmas – como vinha ocorrendo na gestão colorada –; de qualquer forma, Ferreira Aldunate também reforçava, que pretendia acabar com a

⁸ Simultaneamente às eleições nacionais, a população era consultada, mediante a fórmula plebiscitária, se concordava ou não com a reeleição presidencial (possibilidade de mais um mandato), a partir desse momento. Pacheco Areco se candidatou à reeleição; Juan María Bordaberry era o candidato alternativo caso a reforma constitucional não fosse aprovada.

“subversão”, embora através de métodos legais. (VARELA, op. cit.: 114) Com esta proposição, se distanciava da luta armada - de forma bem mais enfática que a Frente Ampla -, enquanto se afastava da linha autoritária do governo *colorado*. Tais propostas receberam significativo apoio dos eleitores *blancos* em detrimento dos setores mais conservadores do partido (Aguerrondo, Etchegoyen, Heber). Estes, em função da falta de sinalização de mudança e de alternativa em relação ao governo *colorado* e, principalmente, pela seu apoio e participação no mesmo, foram sendo deslocados, no interior do Partido Nacional, a um segundo plano, limitados a ser uma espécie de linha auxiliar do Poder Executivo *colorado*.

Em relação à Frente Ampla, embora a curta existência, conseguiu criar forte mobilização na capital. Dentro da sua coalizão se encontravam, entre outros, comunistas, socialistas, demócratas-cristãos, dissidentes dos partidos tradicionais e a militância social da CNT e estudantil. Com um programa de orientação socialista e uma vasta rede de Comitês de Base (nos bairros), a candidatura do general Seregni assustou os setores conservadores e seus aliados externos (abalados desde a vitória de Allende no Chile).

O processo eleitoral foi considerado de altíssima tensão (inclusive com a ameaça de intervenção brasileira em caso de vitória da Frente Ampla – a Operação 30 Horas). Mas os resultados eleitorais confirmaram a vitória do Partido Colorado. A reforma constitucional não atingiu o percentual necessário para sua aprovação e Pacheco Areco viu frustradas suas pretensões continuistas; mas seu candidato alternativo, Juan María Bordaberry, foi eleito presidente. Ferreira Aldunate foi o candidato individualmente mais votado, mas seu partido (40,2%) foi derrotado pelos *colorados* (41%). A Frente Ampla fez 18,28% dos votos. Desta forma, Bordaberry herdou os votos de Pacheco Areco, seu projeto político e seus aliados. No Legislativo, os resultados mostraram um dado preocupante. Considerando a clivagem político-ideológica das correntes dos partidos tradicionais, configurava-se um quadro onde, em tese, o governo e seus aliados *blancos* conservadores tinham escassa maioria sobre a esquerda associada aos *blancos* reformistas. A reafirmação da liderança de Pacheco entre os *colorados* aprofundou a deterioração das relações democráticas. Mesmo o insucesso da sua reeleição tem que ser matizado, pois garantiu a vitória do seu sucessor. De qualquer forma, configurou-se uma delicada “situação de empate” entre as

tendências autoritárias e democráticas que só se resolveria quando as primeiras apelassem para o golpe de Estado. (NAHUM et al., 1994: 81)

Reflexões finais

Se, na gestão anterior, a relação Executivo-Legislativo havia sido conturbada, com o esvaziamento do Parlamento como espaço da mediação política, as expectativas futuras não eram esperançosas, fosse pela escassa votação do setor do novo presidente, fosse pela forte presença de uma esquerda articulada ou pelo próprio menosprezo que o setor vencedor tinha pelas regras democráticas e pelo equilíbrio de poderes. Configurava-se, sim, “*un muy comprometido horizonte de gobernabilidad*”. (CAETANO; RILLA, op. cit.: 231) Ou seja, com enormes dificuldades para negociar acordos no Parlamento e forte resistência no seu interior (mais qualitativa do que quantitativa), os setores que haviam ascendido ao poder com Pacheco Areco e que garantiram a continuidade do projeto com Bordaberry apontavam para a ruptura inconstitucional, não mais através do uso e abuso das MPS, mas através de soluções mais definitivas.

Efetivamente, Bordaberry se defrontou com um parlamento bastante hostil, onde a Frente Ampla detinha uma combativa base de cinco senadores e 18 deputados além de um importante reduto de oposição *blanca*. Bordaberry, percebendo a presença guerrilheira e o embate no Parlamento, retomou a lógica do *pachecato* e deixou de lado a via do entendimento político, intensificando a repressão e a censura. Utilizando a seu favor (e com extrema violência) uma equivocada ofensiva tupamara (abril de 1972), conseguiu vencer a guerra de informações junto à opinião pública e obter do Parlamento (com a firme oposição da Frente Ampla), a decretação do “Estado de Guerra Interna”, abrindo espaço para novos excessos repressivos. A combinação de inteligência militar, tortura, infiltração, traição e uma série de erros estratégicos, colapsou a guerrilha e acelerou a fusão da linha dura militar com o setor político de Bordaberry.

Destruída a guerrilha, em 1972, o governo continuou a sua caminhada antidemocrática; seus alvos, agora, eram a Frente Ampla e os movimentos sociais. Milhares de pessoas foram presas, obrigadas a imergir na clandestinidade ou a exilar-se

enquanto a Justiça Militar assumiu o julgamento dos crimes contra a Nação. O corolário deste processo, que fincava raízes no início dos anos 60 e que se aprofundara, particularmente nos anos do *pachecato*, foi o golpe de Estado de junho de 1973, que inaugurou a ditadura de Segurança Nacional.

Bibliografia Geral

ALFARO, Milita. **El derrumbe de la Suiza de América. El Pachecismo y el Golpe Militar.** Montevideo: Las Bases, s. d.

BLIXEN, Samuel. **Sendic.** Montevideo: Trilce, 2000.

BRUSCHERA, Oscar H. **Las décadas infames. Análisis político 1967-1985.** Montevideo: Lunardi y Risso, 1986.

BUTAZZONI, Fernando. **Seregni-Rosencof. Mano a mano.** 3ª ed. Montevideo: Aguilar, 2003.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia Contemporánea del Uruguay. De la colonia al MERCOSUR.** Montevideo: Colección CLAEH/Fin de Siglo, 1994.

CORES, Hugo. **El 68 Uruguayo. Los antecedentes. Los hechos. Los debates.** Montevideo: Banda Oriental, 1997.

_____. **Memorias de la resistencia.** Montevideo: Banda Oriental, 2002.

CRAVIOTTO, Wilson. **Jorge Pacheco Areco. La obra de un estadista.** Montevideo: s. ed., 1988.

DI SEGNI, Rosana; MARIANI, Alba. **Uruguay Hoy – Crónicas contemporáneas II.** Enciclopedia Uruguaya, nº 60. Montevideo: Editores Reunidos/Editorial Arca, 1969.

JELLINECK, Sergio; LEDESMA, Luis. **Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal.** Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980.

LEGUIZAMÓN, Hugo. **Uruguay: la crisis política 1968-1973.** Historia del Movimiento Obrero, nº 78. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971.

LESSA, Alfonso. **La Revolución Imposible. Los Tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX.** Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Estado y Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX.** Montevideo: Banda Oriental, 1985.

MACHADO, Carlos. **De Batlle a los 70.** Historia de los Orientales. Tomo 3. Montevideo: Banda Oriental, 1997.

NAHUM, Benjamín; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHÓN, Yvette. **El fin del Uruguay liberal 1959-1973.** Historia Uruguaya. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994.

NAHUM, Benjamín. **Manual de Historia del Uruguay 1903-1990.** Montevideo: Banda Oriental, 1995.

RIAL, Juan. **Partidos políticos, democracia y autoritarismo**. Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay/Banda Oriental, 1984. 2 vol.

_____. Las Fuerzas Armadas: ¿soldados-políticos gerentes de la democracia?

VARELA, Gonzalo. De la República Liberal al Estado Militar. Crisis política en Uruguay (1968-1973). Montevideo: Nuevo Mundo, 1988.